



novamente
Começar por acreditar

**Associação de apoio aos
traumatizados crânio encefálicos e
suas famílias**

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2016

Anexo

1. Identificação da Entidade

A Associação de apoio aos traumatizados crânio encefálicos e suas famílias é uma instituição sem fins lucrativos, com sede na Avenida Infante Sagres nº 349, Vila Nova de Gaia. Tem como atividade representar, defender, apoiar e cuidar a vítima de TCE grave e suas famílias.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *“Devedores e credores por acréscimos”* e *“Diferimentos”*.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “*Outros rendimentos operacionais*” ou “*Outros gastos operacionais*”.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os “*Ativos Intangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “*Despesas de investigação*” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “*Fundos*” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “*Fundos Patrimoniais*” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Intangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos intangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2016 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2016					
	1-jan-16	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Perdas por imparidade	31-dez-16
Custo						
Software						0,00
Propriedade industrial						0,00
Outras activos intangíveis	10.716,00					10.716,00
	10.716,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.716,00
Depreciações Acumuladas						
Software						0,00
Propriedade industrial						0,00
Outras activos intangíveis						0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6. Locações

A Entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

A Entidade não detém à data de encerramento das contas nenhum empréstimo, nem existiram custos inerentes a empréstimos no decorrer do ano de 2016.

8. Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
	Mercado Interno	Mercado Interno
Vendas		
Prestação de Serviços	4.062,00	3.222,00
Quotas	4.015,00	3.104,00
Promoções para Captação de Recursos	47,00	118,00
Cursos		
	<u>4.062,00</u>	<u>3.222,00</u>

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nos períodos de 2016 e 2015 não ocorreram quaisquer registos de provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Inst Gestão Fundo Social Europeu - POAT		4.337,79
IEFP	8.409,78	4.415,83
INR		4.350,31
Outros subsídios	6.163,32	8.954,72
	<u>14.573,10</u>	<u>22.058,65</u>

11. Imposto sobre o Rendimento

Não foi contabilizado qualquer montante referente a Imposto Sobre o Rendimento.

12. Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2016 e 2015 foi de 3.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Remunerações do pessoal	67.169,01	74.057,30
Encargos sobre remunerações	14.091,06	15.299,58
Seguros	560,32	554,49
Outros gastos com pessoal	504,50	423,00
	<u>82.324,89</u>	<u>90.334,37</u>

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica não apresentava saldo.

14.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte for:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Cientes e Utentes		
Clientes conta corrente		
Clientes conta títulos a receber		
Clientes factoring		
Clientes de cobrança duvidosa		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Perdas por imparidade acumuladas		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

14.3. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Adiantamentos ao Pessoal		
Adiantamentos a Fornecedores de Investimento		
Devedores por acréscimo de rendimento		
Outros devedores	4.575,52	
	<u>4.575,52</u>	<u>-</u>

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar		
Seguros pagos antecipadamente	697,62	234,76
Juros a pagar		
Outros gastos a reconhecer	5.000,00	
	<u>5.697,62</u>	<u>234,76</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer		
Outros rendimentos a reconhecer		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “*Caixa e Depósitos Bancários*”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Caixa	40,96	179,45
Depósitos à ordem	11.118,84	43.151,69
Depósitos à prazo		
Outros		
	<u>11.159,80</u>	<u>43.331,14</u>

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

	<u>31-dez-15</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Diminuições</u>	<u>31-dez-16</u>
Fundos				-
Excedentes Técnicos				-
Reservas				-
Resultados Transitados	43.963,47	6.896,01		50.859,48
Excedentes de Revalorização				-
Outras variações nos fundos patrimoniais				-
	<u>43.963,47</u>	<u>6.896,01</u>	<u>-</u>	<u>50.859,48</u>

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Fornecedores conta corrente	1.474,73	435,82
Fornecedores conta títulos a pagar		
Fornecedores recepção e conferência		
Adiantamentos a Fornecedores		
	<u>1.474,73</u>	<u>435,82</u>

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Outros impostos e taxas		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)		
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	1.015,00	2.020,01
Segurança Social	1.602,29	1.003,50
Outros impostos e taxas	8,62	8,61
	<u>2.625,91</u>	<u>3.032,12</u>

14.9. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Subsídios de outras entidades		
Doações	81.920,55	102.442,60
Heranças		
Legados		
	<u>81.920,55</u>	<u>102.442,60</u>

Os “*Subsídios e Apoios do Governo*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “*Fornecimentos e serviços externos*” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-Dez-15</u>
Subcontratos		
Serviços especializados	16.627,02	9.251,87
Materiais	11.536,93	1.293,88
Energia e fluídos		
Deslocações, estadas e transportes	4.174,37	4.486,55
Serviços diversos, dos quais:	5.034,68	1.293,82
Rendas e Alugueres		260,00
Comunicações	1.199,70	445,82
Contencioso e Notariado	54,00	281,00
Outros	3.780,98	307,00
	<u>37.373,00</u>	<u>16.326,12</u>

14.11. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “*Outros rendimentos e ganhos*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Rendimentos suplementares - Donativos	81.920,55	102.442,60
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,24	
Outros rendimentos e ganhos	133,83	
	<u>82.054,62</u>	<u>102.442,60</u>

Os “*Rendimentos Suplementares - Donativos*” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 14.9.

14.12. Outros gastos e perdas

A rubrica de “*Outros gastos e perdas*” encontra-se dividida da seguinte forma:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Impostos	200,41	49,52
Outros gastos e perdas, dos quais:	3.468,37	14.128,93
Donativos	3.000,00	13.806,00
Quotizações	330,00	250,00
Outros	138,37	72,93
	<u>3.668,78</u>	<u>14.178,45</u>

14.13. Resultados Financeiros

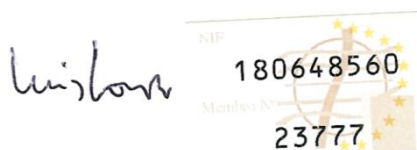
Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	<u>31-dez-16</u>	<u>31-dez-15</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos		
Dividendos obtidos		
Outros rendimentos similares		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros gastos e perdas de financiamento		
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
Resultados financeiros	<u><u>0,00</u></u>	<u><u>0,00</u></u>

14.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.



Balanço

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Ass. Apoio aos Traumatizados Craneo-Encefálicos e suas Famílias

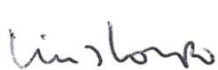
Demonstração dos Resultados Individuais Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.16</u>	<u>31.Dez.15</u>
Vendas e Serviços Prestados	8	4.062,00	3.222,00
Subsídios à exploração	10	14.573,10	22.058,65
ISS		8.409,78	4.415,83
Outros		6.163,32	17.642,82
Fornecimentos e serviços externos	14.10	(37.373,00)	(16.314,42)
Gastos com o pessoal	12	(82.324,89)	(90.334,37)
Outros rendimentos e ganhos	14.11	82.054,62	102.442,60
Outros gastos e perdas	14.12	(3.668,78)	(14.178,45)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		<u>(22.676,95)</u>	<u>6.896,01</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(22.676,95)</u>	<u>6.896,01</u>
Juros e gastos similares suportados	14.13		
Resultado antes de impostos		<u>(22.676,95)</u>	<u>6.896,01</u>
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		<u>(22.676,95)</u>	<u>6.896,01</u>

Cascais, 29 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO


NIF 180648560
Membro N.º 23777

A DIRECÇÃO

Ass. Apoio aos Traumatizados Craneo-Encefálicos e suas Famílias

Demonstração dos Resultados Por Funções
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2016
 (Valores expressos em euros)

Rendimentos e Gastos	Notas	1.000	2.000	3.000	4.000	5.001	6.000	Total
		Grupo de Pares	Famílias	Cuidadores	Advc	INR	BPI	
Vendas e Serviços Prestados		4.015,00			47,00			4.062,00
Custo das Vendas e dos Serviços Prestados								-
Resultado Bruto		<u>4.015,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.062,00</u>
Outros Rendimentos					82.054,62			82.054,62
Subsídios à exploração		3.643,29	3.643,29	3.643,29	3.643,23	-	-	14.573,10
POAT								-
IEFP		2.102,45	2.102,45	2.102,45	2.102,43			8.409,78
INR								-
Outros		1.540,84	1.540,84	1.540,84	1.540,80			6.163,32
Variação nos inventários da produção								
Trabalhos para a própria entidade								
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas								-
Gastos e distribuição								-
Gastos administrativos		(20.675,09)	(20.549,89)	(20.549,79)	(20.550,12)			(82.324,89)
Outros gastos		(12.611,41)	(2.468,56)	(2.468,47)	(10.601,71)	(3.461,96)	(9.429,67)	(41.041,78)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		<u>(25.628,21)</u>	<u>(19.375,16)</u>	<u>(19.374,97)</u>	<u>54.593,02</u>	<u>(3.461,96)</u>	<u>(9.429,67)</u>	<u>(22.676,95)</u>
Gastos e financiamento (líquidos)			-	-	-	-	-	-
Resultado antes de impostos		<u>(25.628,21)</u>	<u>(19.375,16)</u>	<u>(19.374,97)</u>	<u>54.593,02</u>	<u>(3.461,96)</u>	<u>(9.429,67)</u>	<u>(22.676,95)</u>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período		<u>(25.628,21)</u>	<u>(19.375,16)</u>	<u>(19.374,97)</u>	<u>54.593,02</u>	<u>(3.461,96)</u>	<u>(9.429,67)</u>	<u>(22.676,95)</u>

Cascais, 29 de Março de 2017

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Lin Stora


A DIRECÇÃO